

Da eleição à cassação:

a atuação dos parlamentares comunistas
na Assembleia Legislativa do Rio de
Janeiro (1947-1948)

From the election to the cassation:
the action of the communist
parliamentarians in the Legislative
Assembly of Rio de Janeiro
(1947-1948)

LUCIANA PUCU WOLLMANN

Doutora em História Política e Bens Culturais pelo CPDOC/
FGV e professora da rede municipal e estadual do Rio de
Janeiro

luwollmann@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar um pouco da trajetória parlamentar dos seis deputados comunistas eleitos para Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, nas eleições constituintes realizadas em 19 de janeiro de 1947. Tendo sido a quarta maior bancada comunista do Brasil daquele período, os parlamentares fluminenses tiveram uma atuação destacada, não apenas dando visibilidade às reivindicações dos trabalhadores, mas também colocando em pauta assuntos concernentes à economia e a política nacional. Eleitos em um período de inflexão dentro partido, que mudaram os rumos da sua linha política, os parlamentares comunistas procuravam manter o compromisso com a diretriz partidária da “União Nacional” ao mesmo tempo em que discutiam os rumos da democracia recentemente reconquistada no país.

PALAVRAS-CHAVE: Comunistas. ALERJ. Eleição. Cassação.

ABSTRACT: This article aims to present some of the parliamentary trajectory of the six communist deputies elected to the Legislative Assembly of Rio de Janeiro in the constitutional elections held on January 19, 1947. Being the fourth largest communist party in Brazil of that period, the parliamentarians in Rio de Janeiro have been prominent, not only giving visibility to the demands of the workers, but also putting matters on the agenda of national economy and politics. Elected in a period of inflection within the party, which changed the course of their political line, communist parliamentarians sought to maintain their commitment to the “National Union” party guideline while discussing the course of democracy recently regained in the country.

KEYWORDS: Communists. ALERJ. Election. Cassation.

“Viva Getúlio! Viva Prestes! Viva os deputados comunistas!” ecoavam os gritos do saguão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (O JORNAL, 13/1/1948, p. 3). Era verão e uma pequena multidão se avolumava para saudar os seis deputados comunistas que tiveram os seus mandatos cassados naquela tarde de janeiro. Após serem formalmente notificados da perda de seus mandatos, Paschoal Danielli, Horácio Valladares, Walkírio de Freitas, Lincoln Cordeiro Oest, José Brigagão e Celso Fernandes Tôrres foram recebidos sobre aplausos pelos populares que ocupavam das galerias ao *hall* de entrada do prédio.

Mesmo após sucessivos comícios, abaixo assinados, telegramas dirigidos à Assembleia e longos debates em plenário, uma Comissão Executiva foi convocada pelo presidente da casa em virtude de uma comunicação recebida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a respeito da cassação dos mandatos. Na tribuna, discursaram Paschoal Danielli, Walkírio de Freitas, Lincoln Oest e também os petebistas Roberto Silveira, Oscar Fonseca e Hipólito Porto que se posicionaram favoráveis à manutenção dos mandatos (CORREIO DA MANHÃ, 13/1/1948, p. 1). Mesmo que sobre protestos da bancada comunista e dos populares que lotaram as galerias da Assembleia, a Comissão decidiu por quatro votos a três pela extinção dos mandatos dos seis deputados comunistas fluminenses¹. Em seu discurso, Lincoln Oest afirmou enfaticamente:

A Mesa, aceitando tal lei, compactua com a Ditadura, dá-lhe armas para aprofundar os seus golpes contra a Democracia e coloca o povo do nosso estado sujeito a maiores arbitrariedades e dá provas de uma atitude verdadeiramente capitulacionista que a situa em posição difícil frente ao Povo Fluminense. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/1/1948, p. 3).

Tratava-se então do período que foi considerado o mais repressivo do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) (MATTOS, 2002, p. 46-52). O término da aliança firmada entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a 2ª Guerra, repercutiu, no plano interno, com a dura repressão estatal aos sindicatos, aos movimentos intersindicais e ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Por força do Decreto nº 23.046 de 7 de maio de 1947, o registro do Partido Comunista foi cassado e o governo determinou que todos os sindicatos filiados a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) ou à União Geral dos Sindicatos (UGS) tivessem as suas diretorias e conselhos fiscais

substituídos por Juntas Governativas nomeadas pelo Ministro do Trabalho Indústria e Comércio.

O PCB então atuava, de fato, como principal força política capaz de articular os movimentos coletivos dos trabalhadores. Desde 1945, o partido vinha crescendo numericamente ao adotar uma postura colaboracionista em nome da “União Nacional”, abandonando, momentaneamente, a vertente revolucionária que pregava a derrubada da burguesia e a ditadura do proletariado². Nas palavras de Prestes, o PCB deveria ser, naquele momento, “(...) um grande partido realmente ligado à classe operária e às forças decisivas do nosso povo” (PANDOLFI, 1995, p. 145). Enfim, um “partido de massas”, que buscava ampliar o seu número de filiados e obter vitórias eleitorais dentro do contexto democrático que então se delineava (IDEM, p. 144-147). Em termos numéricos, enquanto em 1942 o PCB possuía apenas algumas centenas de militantes dispersos pelo território nacional, entre 1943 e 1945 este número saltou para algo em torno de 50.000 filiados (SEGATTO, 1982, p. 67)³.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PCB pôde vislumbrar nas urnas os resultados daquela aproximação. Naquele pleito, o inexpressivo candidato à presidência pelo PCB, Yedo Fiúza, conseguiu obter 10% dos votos. Nada comparável aos 56% obtidos por Dutra, mas bastante significativos para um partido recém-saído da ilegalidade e que ainda não tinha ocupado nenhum cargo eletivo. O PCB elegeu ainda 15 deputados constituintes e Luís Carlos Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e deputado federal pelos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal.

No estado do Rio, Fiúza (PCB) obteve 13,6% dos votos válidos, contra os 57,1% concedidos à Dutra⁴. Os senadores fluminenses eleitos Rio foram Alfredo Neves e Pereira Pinto, ambos do Partido Social Democrático (PSD)⁵. O ferroviário Claudino José da Silva (PCB) elegeu-se deputado constituinte com 11.291 votos no estado sendo que 6.372 deles foram obtidos em Niterói, onde ficou em primeiro lugar como o candidato mais votado⁶. O segundo deputado constituinte eleito pelo PCB no estado foi o carpinteiro Alcides Sabença eleito com 6.403 votos, sendo a maior parte deles obtidos em Barra Mansa, Duque de Caxias e Magé. Operários, Claudino⁷ e Alcides⁸ pertenciam aos quadros do PCB desde os anos 1930 e tiveram uma atuação expressiva nos meios sindicais e operários como militantes do partido. Foi nos distritos e bairros operários, aliás, que Claudino, Alcides e demais candidatos comunistas fluminenses conseguiram angariar uma boa parcela dos seus votos.

O estado do Rio figurava como um importante espaço de atuação da militância comunista. Apontado pelos militares como um “Cinturão Ver-

melho” instalado no entorno da Baía de Guanabara⁹, o estado foi, durante anos, palco de inúmeras greves operárias, atividades de movimentos sociais e atuação de lideranças de diferentes partidos políticos. Niterói, que era a capital fluminense¹⁰, sediava comitês municipais e estaduais de partidos políticos, além de reunir sindicatos de âmbito estadual e sedes das federações de trabalhadores de diferentes categorias. Além da “mística” de ter servido de local para a fundação do PCB em 1922, Niterói registrou, ao longo dos anos, inúmeras atividades do “Partidão”, realizando, em seu território, encontros estaduais de trabalhadores e sediando organismos que possuíam fortes vinculações com o mesmo, como o Clube Fluminense das Nações Unidas e o Centro Estadual de Defesa e Estudos do Petróleo.

Logicamente, a atuação partidária na capital fluminense não era apenas uma exclusividade do PCB. Após o fim do Estado Novo, diretórios trabalhistas, pessedistas, udenistas, socialistas, etc. se instalaram na cidade, buscando arregimentar correligionários e aumentar o seu número de votos. O PSD, que tinha como sua principal liderança o ex-interventor fluminense, Ernani do Amaral Peixoto, figurou como maior força eleitoral do estado do Rio conseguindo eleger, em 1945, dois senadores e dez deputados federais (CASTRO, 1995, p.174-175). A União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, também tinha certa expressividade em Niterói, principalmente entre as camadas médias (WOLLMANN, 2016).

Entre os trabalhadores, porém, a influência do PCB era crescente. Seja através da atividade sindical ou por meio de associações de bairro, como os Comitês Democráticos Populares ou Centros Pró-Melhoramentos¹¹, a militância comunista se aproximava da classe operária e muitas vezes, dali saíam as suas principais lideranças. Esse é o caso de Paschoal Danielli, Horácio Valladares, Walkírio de Freitas e Celso Fernandes Tôres que eram operários de Niterói e foram eleitos deputados estaduais¹². Eles e o escrivão da justiça Lincoln Cordeiro Oest e o médico José Brigagão foram os seis deputados comunistas eleitos nas eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947¹³, compondo dessa maneira, a quarta maior bancada estadual comunista do país¹⁴.

No plenário, os deputados comunistas apresentavam requerimentos para melhorias urbanas em bairros proletários e para garantir assistência médica às famílias pobres. Discursavam contra as empresas imperialistas e colocavam-se em favor da indústria nacional; Denunciavam as más condições de trabalho dos operários e a situação de desemprego que frequentemente os assombrava (ALERJ, 1947). Buscando equilibrar as demandas dos trabalhadores, o compromisso com a diretriz partidária e a preocupação com

os rumos da democracia recentemente reconquistada, os parlamentares comunistas tiveram uma atuação destacada durante o ano em que exerceram os seus mandatos. E é sobre esses aspectos, que vamos dedicar a nossa análise a partir de agora.

A classe operária vai à tribuna

Em 28 de fevereiro de 1947, o metalúrgico Horácio Valladares compareceu à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para prestar juramento, após assumir a vaga deixada pelo médico Josias Ludolf Reis, que se afastara por motivos de saúde (TRIBUNA POPULAR, 28/2/1947, p. 2). Durante o seu discurso, Valladares foi aparteado por um dos deputados presentes que declarou: “não é só o partido comunista, todos os partidos marcham em defesa do povo”. Em resposta, Valladares disparou: “Declarações como esta que queremos ouvir”. Segundo o jornal comunista *Tribuna Popular*, outro parlamentar presente interrompeu o deputado para referir-se a Rússia; Desta vez, quem respondeu foi o deputado comunista Celso Torres: “estamos aqui para tratar dos problemas fluminenses e não os da Rússia” (IDEM).

Horácio Valladares era um reconhecido comunista que possuía atuação destacada na capital fluminense desde os anos 1930. Nascido em 29 de novembro de 1902 no Distrito Federal, Valladares veio residir em Niterói ainda jovem, onde tomou parte das atividades sindicais da cidade. Empregado na Companhia Nacional de Navegação Costeira, o metalúrgico foi um dos fundadores do sindicato dos trabalhadores daquela empresa, em 1931. Em 1933, foi candidato pela União Operária e Camponesa (UOC) nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, mas não se elegeu. Foi presidente da Federação Proletária do Estado do Rio em 1935, onde atuou dando suporte às greves que ocorreram neste período no estado do Rio. Foi membro fundador da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado do Rio e como militante desse movimento, compôs a caravana que tinha como objetivo fundar núcleos da ANL nos estados do nordeste. Preso em 17 de março de 1936, no estado de Pernambuco, Horácio foi recolhido ao presídio, onde permaneceu por 1 ano e 5 meses. Voltando ao estado do Rio, o metalúrgico foi novamente preso por “professar ideias extremistas”, sendo posto em liberdade em dezembro de 1937. Em 1944, Valladares dirigiu a seção trabalhista da Comissão de Ajuda a Força Expedicionária Brasileira (FEB) do estado do Rio, em um período em que os comunistas adotaram uma linha política pacífica internamen-

te, com intuito de combater o nazifascismo naquele contexto de 2ª Guerra. Em 1945, já no processo de redemocratização pós-Estado Novo, o militante presidiu o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), tomou parte de movimentos pró-constituente, bem como deu suporte a greves operárias e comitês de bairro articulados pelo PCB. Àquela altura, mesmo trabalhando na chefia da fábrica de pesca Ruby, em São Gonçalo, Valladares já era um militante a serviço do partido (APERJ. DOPS. PRONT. RJ. 2.856; DIÁRIO CA-RIOCA, 16/7/1931, p. 2).

No plenário, Valladares se destacou pela defesa do operariado fabril, fazendo denúncias sobre más condições de trabalho, como as que eram vivenciadas pelos trabalhadores da Companhia Manufatora Fluminense de Tecidos em Niterói (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/3/1947, p. 4; TRIBUNA POPULAR, 21/3/47, p. 1), ou de abuso patronal, como o caso que ocorrera na Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias, onde, segundo o deputado, um funcionário menor de idade foi mantido preso dentro da empresa por seis dias (TRIBUNA POPULAR, 7/3/47, p. 1). Sobre esse aspecto, Horácio Valladares em certa ocasião, afirmou que a legislação trabalhista no país era coisa “bonita no papel apenas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/3/1947, p. 4). Ao fazer tal declaração em plenário, Valladares conduzia temáticas atinentes ao mundo do trabalho e à esfera sindical, para o mundo da política. Afinal, aquele era um momento em “espetacular ingresso da classe operária urbana na vida política brasileira” (FRENCH, 1995, p.122). O trabalhador, que vinha se tornado um ator central no cenário político brasileiro desde pelo menos os anos 1930 (GOMES, 2005), passou, nos anos 1940, a tomar parte do debate público de maneira mais significativa, ocupando inclusive, espaços da política institucionalizada, tradicionalmente reservados às elites (SANTANA, 2001, p. 49).

IMAGEM 1: Material de campanha do PCB nas eleições de 1947.



Fonte: APERJ. DOPS. PRONT. RJ. 2.856

Além de Valladares, o transviário Paschoal Elídio Danielli, o metalúrgico Walkírio de Freitas e o ferroviário Celso Torres tiveram uma atuação destacada em plenário em defesa dos direitos dos trabalhadores. Danielli, que além de deputado era secretário sindical do Comitê Estadual do PCB, sempre marcava presença em sindicatos e comícios operários¹⁵; Walkírio, que era Secretário Político da seção fluminense do PCB e membro do Comitê Central, denunciava em plenário o abuso patronal e solidarizava-se com trabalhadores em greve¹⁶; Torres, que era ferroviário da Cia. Leopoldina Railway em Campos e secretário político do comitê municipal do PCB, em sua cidade, discursava contra as más condições de trabalho e a deterioração salarial dos trabalhadores¹⁷. Todos eles denunciavam a alta do custo de vida e o câmbio negro e apontavam carências dos bairros pobres, desagradando, muitas vezes lideranças políticas de outros partidos que, tradicionalmente, exerciam alguma influência eleitoral nesses bairros¹⁸.

No plenário fluminense, ficava patente o desconforto de alguns parlamentares — muitos deles ligados a famílias de políticos tradicionais — em compartilhar o mesmo espaço que os comunistas — principalmente os comunistas operários. Os jornais, que neste período afirmavam as suas fidelizações partidárias e caracterizavam-se por fazer um “jornalismo de opinião” (ABREU, 2008; RIBEIRO, 2006), funcionavam muitas vezes como verdadeiros “porta-vozes” de determinado partido ou corrente política, como era o caso do *Diário Carioca*, periódico criado por José Eduardo de Macedo Soares, reconhecido pelo seu posicionamento liberal, antigetulista e anticomunista. Sobre o deputado Walkírio de Freitas, o jornal escreveu:

Esta semana o Sr. Walkírio de Freitas, que é dado como líder da minúscula bancada, que é do ponto de vista numérico e intelectual, teve a oportunidade de cavalgar sobre aquelas palavrinhas de ordem, reeditando-as como um disco de vitrola. Falou sobre a situação do Paraguai, com o seu sorriso cearense, alvar e pretensioso, desenvolvendo tese golpista. (...) Lamentável, pois o partido prestista teima, como sempre teimou em colocar em lugares de liderança indivíduos de inferioridade notória, como é o caso do Sr. Walkírio (DIÁRIO CARIOCA, 23/3/1947, p. 2).

Walkírio, que trabalhava em uma fábrica de fogos quando começou a tomar parte das atividades organizadas pelo PCB no período da redemocratização, rapidamente destacou-se como orador e articulador e passou a exercer funções importantes dentro do partido. Em 1946, já ocupando o cargo de Secretário Político da seção fluminense do PCB e membro do Comitê Central, Walkírio discursava em comícios, organizava campanhas, comparecia em sindicatos e em fábricas onde os operários se encontravam em greve (APERJ: DOPS, Pront. RJ. 13.476). Como deputado, destacava-se por seus discursos em oposição à violência policial contra trabalhadores e contra a situação de miserabilidade que os acometia tanto na cidade, quanto no campo. Sobre o problema da migração das zonas rurais para as urbanas, o parlamentar afirmou: “apesar de tudo, das filas e da inflação, a cidade ainda é melhor do que o campo e, por isso, os camponeses emigram” (TRIBUNA POPULAR, 5/3/1947, p. 2). Argumentando sobre a necessidade de melhorar as condições salariais e de vida dos trabalhadores rurais para aumentar a produção nacional, Walkírio falou, ainda, sobre a “necessidade de concessão de terras para os que nelas queiram trabalhar, de instrumentos agrícolas e créditos fáceis” (IDEM).

A reforma agrária já figurava como um importante tema da propaganda comunista em 1947 (FRENCH, 1995, p. 222). Porém, por mais que os discursos dos deputados comunistas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro estivessem, necessariamente, afinados com o conteúdo programático do partido, temáticas como: combate ao latifúndio, distribuição de terras devolutas, direitos dos trabalhadores, etc. debatidas pelos parlamentares comunistas em plenário acabavam funcionando como uma verdadeira “caixa de ressonância” (SANTANA, 2001, p. 50) das demandas dos trabalhadores na ALERJ.

A indústria nacional era outro assunto bastante debatido pelos deputados comunistas na Assembleia. A retórica nacionalista e anti-imperialista ganhava força diante do crescimento da indústria estrangeira — sobretudo norte-americana — e da queda da indústria nacional ocorrida naquele ano de 1947 (FRENCH, 1995, p. 221). Na tribuna, o transviário Paschoal Danielli argumentava contra a ausência de políticas protecionistas de mercado e como essa situação atingia diretamente os trabalhadores brasileiros:

Posso afirmar que a crise está atingindo, de uma maneira muito grave, os pescadores. Os operários de ambos os sexos de fábricas de conservas e os industriais também sofrem os efeitos da crise. Considero que a gravidade da situação cabe à política de porta aberta à entrada do produto estrangeiro. Qualquer negociante prefere vender uma lata de sardinhas portuguesas, que é importada pela América, do que vender uma lata de sardinhas nacionais. Vejamos a causa. É que o fabricante nacional, tendo de comprar uma lata vazia, produto da indústria americana, tem de pagar dois cruzeiros e cinquenta centavos. Assim, de modo algum, a nossa indústria poderá fazer concorrência à estrangeira (ALERJ, 7/7/1947, p. 210).

Desde quando a linha política da “união nacional” foi delineada, nos anos 1940, o PCB se esmerava para transformar o Brasil em um país capitalista desenvolvido (PANDOLFI, 1995, p. 157), a fim de cumprir “etapas históricas”. Porém, ao colocarem em pauta esses assuntos, lançando mão de um vocabulário político próprio, os comunistas contribuíram significativamente para aprofundar o debate e *politizar* ainda mais esses temas. Mais tarde, nos anos 1950, será difícil encontrar um congresso, uma mesa redonda ou um comício organizado por trabalhadores que não estivesse discutindo o tema da reforma agrária e do fomento à indústria nacional (IORIS, 2012).

Ainda que não possamos atribuir unicamente aos comunistas a responsabilidade de trazer esses temas para o debate público, devemos reconhecer o papel relevante que desempenharam nesse processo.

IMAGEM 2:

Panfleto em homenagem aos deputados eleitos pelo PCB em 1945 e 1947.



Fonte: APERJ. DOPS. PRONT. RJ. 13.476.

Paradoxalmente, as bandeiras nacionalistas levantadas pelos comunistas não foram suficientes para atenuar a pecha de que o PCB seria, ao fim e ao cabo, uma sucursal de Moscou. As declarações dadas por Luís Carlos Prestes de que, em caso de guerra entre Brasil e URSS, ele lutaria “(...) pela transformação da guerra imperialista pela guerra de libertação nacional” foram mal interpretadas e acabaram acirrando ainda mais a campanha anticomunista (SANTANA, 2001: 56). Na ALERJ, o polêmico deputado udenista Tenório Cavalcanti, afirmava que: “(...) os comunistas brasileiros trabalham exclusivamente a serviço das pretensões soviéticas e contra os legítimos interesses do continente americano” (DIÁRIO CARIOCA, 28/5/1947, p. 2). Protagonizando vários debates acirrados com o deputado comunista Lincoln Oest, o deputado de Duque de Caxias não poupava críticas ao que nominou de “imperialismo soviético”, fazendo inclusive, comparações entre os comunistas e os fascistas: “(...) a ação comunista no Brasil se caracteriza por um exemplar de quinta colunismo em favor da Rússia” (DIÁRIO CARIOCA, 14/6/1947, p. 2).

O tabelião Lincoln Oest, por sua vez, respondia com veemência as provocações de Cavalcanti chamando-o de “reacionário inconsequente”, entre outras designações. Em uma exposição que durou cerca de quatro horas e que foi constantemente aparteada por seus adversários, Oest se dedicou a explicar o porquê não era possível classificar a Rússia como imperialista (DIÁRIO CARIOCA, 28/5/1947, p. 2). Tecendo duras críticas ao governo, o deputado comunista desferiu a sua oratória afiada contra o que chamou de “golpes do imperialismo ianque, cada vez mais agressivo e apoiado pelos fascistas do governo” (TRIBUNA POPULAR, 25/5/1947, p. 5). Por mais que o enfrentamento aberto contra o governo Dutra ainda não vigorasse como posicionamento oficial do partido, os comunistas passaram a endurecer o discurso, principalmente após a cassação do registro do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em maio de 1947.

Também em maio de 1947, os deputados Hélio de Macedo Soares, Teodoro Gouveia de Abreu, Dante Laginestra e Moacir Paula Lobo — todos do PSD — apresentaram uma emenda a Constituição estadual tomando como base um dispositivo da Constituição de 1946 que determinava que os municípios considerados estâncias hidrominerais ou que possuíssem bases de interesse à Segurança Nacional não teriam autonomia para eleger seus prefeitos (TRIBUNA POPULAR, 4/5/1947, p. 1-2).

Segundo o líder da bancada comunista na Assembleia, Walkirio de Freitas, aquela emenda era anticonstitucional, porque feria o Artigo 12 da

Constituição estadual que assegurava a autonomia do município, além de ser antidemocrática “porque, com subterfúgios, pretende que o povo de Niterói não tenha capacidade política de eleger o seu prefeito”. “Trata-se evidentemente de um golpe dos reacionários”, completou o deputado (IDEM). Em junho de 1947, porém, a autonomia da capital fluminense foi cassada em votação secreta. Segundo Vitor Nunes Leal, aquele foi um subterfúgio endossado pela Lei Federal nº121, de 22 de outubro de 1947, para cassar a autonomia dos municípios onde o PCB demonstrou ter força eleitoral (LEAL, 2012, p. 146)¹⁹.

Com intuito de abrigar os deputados comunistas em outra legenda em caso de ilegalidade do PCB, havia sido fundado desde 16 de julho de 1946, o Partido Popular Progressista (PPP). Oficializada a cassação do partido, um comício do PPP foi realizado em Niterói com o objetivo de apresentar o programa do partido que na prática, incorporava as teses centrais do PCB. Naquela ocasião, o Major Henrique Oest, que foi apresentado como secretário geral do PPP, conclamou o povo a lutar contra “a lei de emergência criada pela ditadura de Dutra e a sua camarilha” e a “se levantar em protesto, enviar telegramas e mensagens exigindo a renúncia da ditadura” (APERJ: DOPS. PRONT. 13.293). Aquele, sem dúvida, era o fim da política de coexistência pacífica e da união nacional, que já vinha apresentando inflexões e autocríticas no seio do partido.

No Manifesto de Janeiro de 1948, Prestes endurecia as críticas em torno do que chamou de “tendência direitista” (BUORNICORE, 2002, p. 55) do partido, caracterizada pela “(...) sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’” (SEGATTO, 1982, p. 94) — agora sempre referida entre aspas. Naquele momento, a linha política representava não mais a “união entre as classes”, mas a sublevação das massas contra o governo “antidemocrático” e “traidor” (PANDOLFI, 1995, p. 170). Em 1950, os postulados revolucionários do Manifesto de 1948 serão radicalizados ainda mais com o Manifesto de Agosto, que pregava a derrubada imediata do governo burguês pela revolução proletária e condenava qualquer tipo de aliança com a burguesia.

No Comitê Estadual do PCB no estado do Rio, Walkírio de Freitas era declarado expulso do partido em 1951, entre outros motivos por “manter atividade desagregadora” (APERJ. DOPS. FOLHETOS). Walkírio, que passou a discordar abertamente da linha política tirada pelo partido, talvez fosse mais próximo da “ala nacionalista” dentro do PCB, reconhecida por manter “alianças extraoficiais com os trabalhistas” (SILVA, F. T; SANTANA, 2007,

p. 117) e assumir posturas reformistas. Esses “desvios” da linha doutrinária do partido provocavam discussões acaloradas no interior do PCB, resultando, muitas vezes, em expulsões como as de Walkírio e até intervenções, tal como ocorreu no Comitê Regional do Estado do Rio que, por determinação do Comitê Central do partido, recebeu um novo secretário²⁰, em julho de 1954, que tinha como tarefa reestabelecer a unidade partidária no estado que se encontrava sob forte influência da linha “titoísta”²¹.

Em depoimento dado à polícia após ser preso no Caio Martins — estádio que fora transformado em prisão nos primeiros dias após o Golpe de 1964 — Walkírio declarou que fora expulso do PCB “por não concordar, de forma alguma, com os métodos aplicados pelo mesmo” (APERJ: DOPS, PRONT. RJ. 13.476). Em seu interrogatório, certamente prestado em condições adversas, Walkírio declarou-se arrependido de ter se filiado ao PCB no passado e explicou que se decepcionara com o partido mesmo após ouvir de Lincoln Oest que “o partido não se interessava pela vitória do trabalhador e sim jogar a classe proletária contra a patronal” (IDEM). Oest, que aquela altura já pertencia aos quadros do PC do B (Partido Comunista do Brasil), era considerado um elemento de alta periculosidade e encontrava-se foragido.

Militante disciplinado, Lincoln Cordeiro Oest dedicou sua vida a defender as causas do partido. Apontado como principal articulador do PCB no estado do Rio, Oest chegou a ser apelidado de “Lampião” pela militância, pela dureza com que conduzia as decisões tiradas pela cúpula do PCB (MARTINS, 2008). Mesmo sendo um dos principais quadros do partido, chegando a compor o seu Comitê Central, Oest acabou sendo afastado da direção do Comitê Regional do partido junto com Mauricio Grabois e Carlos Danielli (filho de Paschoal Danielli) em fins dos anos 1950, por atitudes que foram consideradas contrárias à “linha pacífica” adotada pelo partido em 1958. Naquele momento, estava em vigor a “Declaração de Março de 1958”, que buscava superar os postulados revolucionários estabelecidos pelo IV Congresso de 1954, indicando que a luta deveria ser direcionada em prol das reformas estruturais, das liberdades democráticas, do desenvolvimento nacional e da elevação de vida do povo (PANDOLFI, 1995).

Defensor de uma linha mais revolucionária, Oest acabará expulso do PCB em 1961, por manter atividades que foram classificadas como antipartidárias e divisionistas. No ano seguinte, ele e mais um grupo de ex-dirigentes do PCB, entre eles João Amazonas, Diógenes Arruda, Pedro Pomar e Carlos Danielli, fundam o PC do B²². Após o golpe de 1964, Lincoln Oest continuou militando clandestinamente. Perseguido pelo regime ditatorial, Oest

foi morto em 1972 aos 65 anos de idade, após ser barbaramente torturado no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Assim como ocorreu com Carlos Danielli, também morto sob tortura no ano de 1972, os relatórios policiais do período apontaram que ele morreu em um tiroteio com a polícia, após uma tentativa de fuga (APERJ: DOPS PRONT. 17.059; CEMDP).

Com a repressão sofrida pelo Comitê Estadual após a cassação do registro do PCB e a subseqüente cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas fluminenses, os militantes se desarticularam e tentaram se reorganizar a partir das bases. Paschoal Danielli voltou a trabalhar como fiscal de bondes da Companhia Cantareira e Viação Fluminense (CVVF) e junto a outros trabalhadores da empresa, articulava greves mesmo à revelia da junta governativa do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de Niterói, que se encontravam sob intervenção. Em uma delas, ocorrida no ano de 1949, Danielli passou mais de 20 dias na prisão junto ao vereador comunista eleito pela legenda do Partido Libertador (PL) e que também era trabalhador da CCVF, Thomaz Gomes Martins²³.

IMAGEM 3: Comitê Estadual do PCB, 1946.



Fonte: <http://edgardleiteferreira.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25/2/2016²⁴.

Horácio Valladares também retornou às suas bases. Atuando junto às entidades sindicais de Niterói, em São Gonçalo e nos bairros operários através de associações de moradores e clubes desportivos, continuou cumprindo as tarefas do partido. Nos anos 1960, já sexagenário, Valladares ainda era bastante atuante como militante do PCB, integrando o Comitê Municipal de São Gonçalo e tomando parte de comissões, tais como a comissão pró-eleição de Lott-Jango, e a Comissão contra a intervenção em Cuba. De acordo com informações coletadas no seu prontuário do DOPS, Valladares já era falecido no ano de 1972 (APERJ: DOPS. PRONT. RJ. 2.856).

O Dr. José Brigagão, que se destacou em plenário por seus discursos em prol da saúde pública e contra as más condições de vida que acometiam grande parte das famílias pobres do estado²⁵, também continuou conciliando o seu ofício de médico com a militância no PCB. Nos anos 1950, Brigagão tomou parte da campanha pela paz e contra o envio de tropas brasileiras para Coreia organizada pelo PCB, principalmente em seu município de origem, Nova Iguaçu (IMPRESA POPULAR, 8/5/1952, p. 1). Também na década de 1950, o ex-deputado compareceu à URSS e à Áustria, onde foi delegado no Congresso Mundial de Medicina Social (IMPRESA POPULAR, 12/9/1953, p. 3). Após retornar, Brigagão fez uma série de palestras sobre medicina social e medicina soviética (IMPRESA POPULAR, 16/9/1953, p. 2; IMPRESA POPULAR, 2/10/1953, p. 1). O médico faleceu em 1981 (JORNAL DO BRASIL, 3/1/1981, p. 13).

Sobre Celso Torres, não foi localizada mais nenhuma informação relevante sobre a sua vida para este trabalho após ter o seu mandato cassado, em 1947. Após essa data, o único registro com o seu nome refere-se ao ano de 1966, quando em uma sessão comemorativa pelos 19 anos da Constituição fluminense, os nomes dos constituintes foram lembrados. De acordo com a reportagem, Celso ainda estava vivo naquela data (JORNAL DO BRASIL, 19/6/1966, p. 12), mas o seu nome não figurava no Inquérito Policial Militar (IPM) aberto em 1964 para apurar atividades suspeitas de comunismo no estado do Rio (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 4/11/1965). Nesse processo, apenas os nomes de Horácio Valladares e Lincoln Oest figuravam na lista de indiciados pelo governo.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar um pouco da trajetória dos seis deputados comunistas fluminenses, eleitos no pleito estadual de 19 de janeiro de 1947. Utilizando-nos de documentos produzidos pela polícia política reproduzidos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), dos Anais da ALERJ para o ano de 1947 reproduzidos no Arquivo da Câmara Municipal de Niterói e de periódicos pesquisados na base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional — particularmente dos jornais *Tribuna Popular* e o *Diário Carioca* — buscamos, ao longo dessas páginas, analisar a atuação parlamentar desses deputados, tanto como porta vozes das demandas dos trabalhadores, quanto como militantes de suas causas partidárias.

Mais do que lançar luz em alguns aspectos de suas trajetórias políticas, procurei aqui chamar a atenção para algumas questões que inquietavam os deputados comunistas naquele período, tais como: os rumos da redemocratização recém-conquistada, o clima de polarização política resultante do contexto de Guerra Fria, os conflitos internos dentro do PCB, a relação dos mesmos com o seu eleitorado e com os deputados pertencentes a outros partidos. Tratou-se, sem dúvida, como nos sinalizou Benito Schimidt, “de encarar a biografia como ‘via de acesso’ para compreensão de questões mais gerais da história” (1998, p. 244), sem que minimizemos aqui a riqueza individual das trajetórias desses sujeitos, repletas de luta, resistência e militância política.

Tendo sido a quarta maior bancada comunista do país eleita naquele pleito, os deputados comunistas fluminenses tiveram uma atuação expressiva. Nas fábricas, eles compareciam para mediar conflitos entre patrões e empregados e para realizar comícios. Nos sindicatos, eram convidados para compor mesas em solenidades e convocados para intervir em favor da autonomia e da liberdade sindical contra as intervenções do governo. Nos bairros e favelas, compareciam em shows e angus à baiana onde pronunciavam discursos contra a carestia e a alta do custo de vida. Nas ruas, participavam de manifestações contra a ação repressiva dos governantes em favor da imprensa livre e das liberdades democráticas, que passaram a ser constantemente ameaçadas após a cassação do registro do PCB, em maio de 1947.

Ao falarem em nome dos operários e defenderem os seus interesses, seja em seus locais tradicionais de atuação (bairros operários, clubes, sindicatos) ou na tribuna — espaço que até então lhes era restringido ou até

mesmo vedado — os parlamentares do PCB tiveram, certamente, representatividade diante da classe trabalhadora. Ainda que em alguns momentos, as diretrizes partidárias tiradas pela cúpula do partido, representassem, na prática, um forte descompasso entre a base e seus representantes (SANTA-NA, 2001, p. 26-39; LEAL, 2011, p. 406-436), o PCB foi o único partido que, além de catalisar em torno da sua militância as demandas reais do operariado, positivava “a classe” em seu discurso reservando-lhe um papel histórico na sociedade. Esse protagonismo que acenava para um horizonte com mais igualdade e autonomia onde os trabalhadores assumiriam a função de lideranças neste mundo novo, cumpriu um papel importante na mobilização e na construção das identidades da classe trabalhadora do país, ainda que só uma parcela dela tenham se tornado efetivamente militante comunista. Por mais que em diferentes momentos o PCB tenha convivido — e por vezes perdido — para outras forças políticas concorrentes, não podemos ignorar o papel central que os comunistas tiveram na articulação do movimento sindical — e no movimento de trabalhadores em geral — no período que se inicia em 1945 e se estende até 1964.

Certamente, que essa posição de liderança desagradava os seus adversários políticos. Em diferentes momentos, os comunistas foram perseguidos, investigados, presos, agredidos fisicamente e impedidos de exercer mandatos eletivos, como foi o caso dos seis deputados comunistas fluminenses eleitos no pleito estadual de 1947. Construindo um discurso cada vez mais odioso em relação aos comunistas (PEREIRA, 2013), a polícia política não economizava em exageros de retórica para implantar um clima de terror e dar suporte para a sua ação violenta. Em resposta a um pedido de informação feita pelo Comissário Geral do DOPS sobre as atividades dos comunistas no estado do Rio, em dezembro de 1947, o investigador escreveu:

Agita-se o povo diariamente, por meio de comícios, jornais e folhetos. As células organizadas em todos os ramos das atividades humanas agitam o povo contra o governo e a polícia. Multiplicam-se os espiões. O cinismo e a audácia comunista impera[m]. A aflição popular aumenta. A desilusão fere os menos maus. O materialismo cai sobre todos como um crepúsculo. É o panorama triste do estado do Rio, agitados pelos agentes do *Komiform*. Pois os políticos estão cegos. Os agentes de Moscou estão às soltas. É o *anti Cristo*, é o reino de satanás com todas as suas perfídias, todas as artimanhas, todas as mentiras, toda técnica do mal e das trevas (APERJ: DOPS, PRONT. RJ. 13.476. *Grifos da autora*).

O estado do Rio, chamado de “Cinturão Vermelho” conforme já abordamos, representava um grave perigo naquele contexto de Guerra Fria. Potencializado pelo discurso anticomunista, o combate ao “perigo vermelho” motivou, no início da década de 1950, a criação do Comando Supremo das Organizações Anticomunistas do Estado do Rio e mais tarde, do Comando Revolucionário do Estado do Rio. Esses organismos funcionavam como uma espécie de “serviço secreto” paralelo da polícia política do estado, produzindo cartas e dossiês contra aqueles que acreditavam atentar contra a “Segurança Nacional”. Não foi à toa que nos primeiros dias após o Golpe de 1964, quando a retórica anticomunista ganhou especial força e se manifestou em forma de uma repressão implacável, milhares de operários, trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes e intelectuais fluminenses sofreram dura repressão por parte do governo ditatorial (WOLLMANN, 2016; RIBEIRO, 2015; SALES: FORTES, 2016).

Não apenas em terras fluminenses, mas em todo o Brasil, quanto mais o PCB crescia, mais se ampliava o combate a ele. Essa situação, presente tanto nos períodos ditatoriais quanto no chamado “intervalo democrático”, demonstrou o quanto a nossa democracia com as suas idas e vindas, jamais poderia ser plenamente consolidada sem a livre participação dos comunistas, que eram sem dúvida alguma, uma das forças políticas mais expressivas do período pré-1964.

Notas

1 Votaram a favor: Nelson Rebel (PSD), José Oliveira Borges (PSD), José Manhães (PSD) e Domingos Guimarães (PTB). Votaram contra: Lincoln Oest (PCB), Hipólito Porto (PTB) e Onofre Vieira (PSD). (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/1/1948, p. 3).

2 Em agosto de 1943, a Conferência da Mantiqueira realizada clandestinamente conclamava os militantes do PCB a unirem forças em torno da “União Nacional” contra os “bárbaros do Eixo” e a cerrar fileiras junto ao governo para a retomada da democracia (PANDOLFI, 1995, p. 136-139).

3 Não sabemos, porém, a partir destes dados, se o crescimento do número de filiados foi maior no ano de 1945.

4 Em termos numéricos, Dutra recebeu 178.073 dos votos no estado do Rio, enquanto o brigadeiro Eduardo Gomes recebeu 99.706, Yedo Fiuza 42.538 e Mario Rolim 410.

5 Alfredo Neves e Pereira Pinto receberam respectivamente 9.984 e 9.467 votos em Niterói, que era a capital fluminense. Luiz Carlos Prestes recebeu 10.281 votos em Niterói e Luiz Carpenter, também candidato a senador pelo PCB, 9.723. (CPDOC/FGV, 1945). Para uma análise mais aprofundada do resultado dessas eleições, ver: Wollmann (2016).

6 Claudino José da Silva recebeu 3.335 votos em São Gonçalo, sendo também o candidato a deputado mais votado no município.

7 Claudino nasceu em 1902 em uma família de lavradores da cidade de Natividade (MG). Em 1918, mudou-se para Niterói onde foi trabalhar na construção civil e em 1928, tornou-se ferroviário da Companhia Leopoldina Railway, onde tomou parte de várias greves. Neste mesmo período, ingressou no PCB vindo a se tornar dirigente do Comitê Municipal de Niterói entre 1929 e 1931. Entre o segundo semestre de 1931 e 1936 cumpriu várias tarefas do partido nos estados de Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais, tendo ficado preso entre 1936 e 1938 e depois, já em Niterói, entre 1940 e 1942. Claudino, que já no início dos anos 1930 figurava como uma das mais importantes lideranças operárias do estado do Rio participou de

episódios importantes da história do PCB, como a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) em 1929 e da Conferência da Mantiqueira em 1943, ocasião pela qual foi eleito membro do Comitê Central do partido. Em 1945, Claudino foi eleito deputado constituinte, tendo sido na ocasião, o único negro eleito para aquele posto. Também desempenhou tarefas como Secretário Político do Comitê Estadual do Rio de Janeiro e no Comitê Central do partido (APERJ: DOPS. PRONT. RJ. 13.293; BUONICORE, 2015; AMORJ; UFRJ, 2009).

8 Alcides nasceu em Barra do Pirai em 1915. Em 1931, com apenas 16 anos de idade ingressou no PCB e dois anos depois, se tornou secretário do Sindicato dos Operários na Construção Civil de Barra do Pirai. Em 1935, filiou-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL), só deixando de atuar nesse movimento após a Revolta de 1935. No fim do Estado Novo (1937-1945) elegeu-se secretário-político do comitê distrital do PCB de Volta Redonda (RJ) e, em outubro de 1945, elegeu-se deputado pelo estado do Rio pela legenda do PCB. Em 1947, deixou o mandato sendo substituído pelo seu suplente, o major Henrique Oest. Foi um dos fundadores, em 1946, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa (RJ). (DHBB, CPDOC)

9 Segundo pesquisas realizadas por Felipe Ribeiro, Niterói, assim como Magé, São Gonçalo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Itaguaí, Nova Iguaçu e Nilópolis faziam parte do “Cinturão Vermelho”. Esta expressão, citada em nota oficial do exército em 1964 (DIÁRIO DA NOITE, 24/7/1964, p. 8), foi, segundo o pesquisador, bastante utilizada no período anterior a 1964 e usada como “prova de acusação” contra os militantes destes municípios, no período posterior a este. Para mais informações, ver: Ribeiro (2016).

10 Niterói foi capital da província e depois capital do Estado do Rio de Janeiro de 1835 a 1975. Após ter sido palco de violentos combates durante a Revolta da Armada, em 1893, Petrópolis se tornou capital do estado do Rio de Janeiro no intervalo de 1894 a 1903.

11 Os Centros Pró-Melhoramentos (CPMs)

eram organizações de moradores que funcionavam em vários bairros da cidade de Niterói, desde 1930 e 1940. Em 1945, após o fim do Estado Novo, muitos CPMs foram substituídos e/ou passaram a funcionar juntamente com os Comitês Democráticos Populares (CDPs), que foram articulados pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) após esta data. Com a cassação do registro do PCB, em 1947, muitos CDPs acabaram se desarticulando. Nos anos 1950, porém, muitas dessas organizações foram retomadas com a denominação (antiga) de Centros Pró-Melhoramentos.

12 Horácio Valladares era o primeiro suplente do partido e assumiu o cargo após renúncia do médico Josias Ludolf Reis.

13 Foram eleitos para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio 54 deputados, sendo 24 deputados do PSD, 14 da UDN, 8 do PTB, 6 do PCB e 1 do Partido da Representação Popular (PRP) e do Partido Republicano (PR).

14 O PCB elegeu 46 deputados estaduais constituintes em todo o Brasil, sendo que as suas três maiores bancadas foram feitas no Distrito Federal (14 deputados), São Paulo (11 deputados) e Pernambuco (9 deputados).

15 Comparecimento de Paschoal Elidio Danielli no Sindicato dos Operários Navais para a comemoração do 1º de Maio de 1947; presença regular deste deputado em comícios realizados em frente à Estação da Cantareira na hora do almoço dos operários; intervenção de Danielli para impedir a posse da junta governativa no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de Niterói a pedido dos membros da diretoria antiga, ligada à CTB, em 8/8/1947 (APERJ, DOPS. PRONT. 73.501).

16 Participação de Walkírio de Freitas em um comício no cais da Leopoldina em 13/12/1947; presença deste deputado na Companhia Manufatura Fluminense de Tecidos para participar de uma reunião de contramestres suspensos, em 21/3/1947 (APERJ; DOPS, PRONT. RJ. 13.476).

17 Denúncias sobre as más condições de trabalho dos ferroviários da Companhia Leopoldina Railway e sobre os baixos salários pagos aos trabalhadores das usinas de açúcar de Campos (TRIBUNA POPULAR, 8/3/1947, p. 2); Comparecimento

em uma Assembleia dos operários das Metalúrgicas Hime, em São Gonçalo, que reivindicavam aumento salarial e pagamento de folgas (TRIBUNA POPULAR, 12/6/1947, p. 1); Torres ocupou a tribuna para denunciar a precariedade dos serviços prestados pela Cia. Leopoldina Railway que sacrificava usuários e trabalhadores (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/8/1947: 2)

18 Walkírio de Freitas discursa sobre o câmbio negro do cimento na cidade de Niterói (TRIBUNA POPULAR, 19/3/1947, p. 1); Denúncia de Celso Torres e Paschoal Danielli contra o câmbio negro exercido pela firma Grillo Paz, em Niterói (TRIBUNA POPULAR, 12/3/1947, p. 2; TRIBUNA POPULAR, 12/6/1947, p.1); Walkírio reivindica quatro linhas de bonde para o bairro da Engenhoca (TRIBUNA POPULAR, 14/6/1947, p. 4); Paschoal Danielli apresenta requerimento para o envio de sanitaristas do governo fluminense para a cidade de Barra Mansa (TRIBUNA POPULAR, 8/3/1947, p. 2).

19 A emenda constitucional aprovada determinava que o prefeito de Niterói fosse nomeado e não eleito durante o governo de Edmundo de Macedo Soares. A Lei nº 121 retirou completamente a autonomia da capital fluminense e dos municípios de Manaus, Belém, Natal, Recife, Salvador, Niterói Angra dos Reis, São Paulo, Santos, Guarulhos, Florianópolis, São Francisco, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Gravataí, Canoas e Corumbá, amparada na justificativa de que as bases e portos militares destas cidades eram de excepcional importância para a defesa do país (LEAL, 2012, p. 146).

20 Oswaldo José Vicente relata que foi escalado pelo Comitê Central do PCB como interventor do Comitê Estadual do Rio por intermédio de Carlos Danielli. Oswaldo era natural da cidade de Campos-RJ e morador do bairro da Engenhoca, em Niterói. Ingressou no partido em 1947, enquanto trabalhava como bombeiro hidráulico na Companhia de Comércio e Navegação. Já no ano seguinte, Oswaldo passou a servir exclusivamente ao partido, cumprindo tarefas de articulação política em viagens pelo interior fluminense e por outros estados do país. Ao terminar a sua tarefa como interventor no comitê estadual,

Oswaldo embarcou para URSS para o curso de capacitação política (BNM: DOPS, 30/3/1965).

21 Esta corrente, que foi criada a partir da experiência do governo socialista de Josip Tito na Iugoslávia, foi considerada “traidora” por desejar uma linha política mais independente de Moscou e mais voltada para as questões nacionais. Segundo o jornal *Diário do Povo*, as principais bases da “ala nacionalista” estariam em Niterói e em Santo André (DIÁRIO DO POVO, 7/2/1952, p. 1).

22 Em fevereiro de 1956, após a divulgação do relatório de Nikita Khrushchev no XX Congresso do PCUS denunciando os crimes de Stálin, o PCB sofreu forte impacto. O partido ficou dividido entre “renovadores”, “pragmáticos” e “conservadores”. Os “renovadores” que tinham como o seu principal expoente Agildo Barata foram acusados de “liquidacionistas” e foram logo excluídos do partido. Após a reorientação da linha política do partido através da “Declaração de 1958” e a expulsão das lideranças que faziam críticas a ela, o PCB alterou o nome da sigla para Partido Comunista Brasileiro (e não mais do Brasil). No ano seguinte, os dissidentes que foram expulsos fundaram o PC do B (Partido Comunista do Brasil). (PANDOLFI, 1995, p. 177-179).

23 Nas eleições municipais de 28 de setembro de 1947, Edith Castex Olivier e Theodorico Vieira foram eleitos pela legenda do PL, visto que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou o registro para o funcionamento do Partido Popular Progressista (PPP). Thomaz Gomes Martins assumiu a vaga de Theodorico após este tentar suicídio devido às perseguições políticas que vinha sofrendo. Segundo Manuel Martins, ele que era o primeiro suplente para a vaga de Teodorico, só não assumiu o cargo porque Lincoln Oest não permitiu (MARTINS, 2008). Abelardo Manhães assumiu a vaga de Edith Castex em 1949 após esta ser obrigada a renunciar pela direção do PCB, talvez pelo fato de ter sido duramente perseguida pela polícia desde o primeiro dia em que tomou posse. Neste dia, em seu primeiro discurso na Câmara, Edith declarou ser comunista (APERJ: DOPS. PRONT. RJ. 23.246).

24 Comitê Estadual do PCB. Sentados: à esquerda, Edgard Leite Ferreira ao lado de Paschoal Danielli; ao centro Walkirio de Freitas e o segundo da direita para esquerda, Claudino da Silva. Em pé: à esquerda, Celso Tôrres. À direita, de óculos Lincoln Cordeiro Oest; ao lado dele, com um cigarro na boca Josias Reis (provavelmente). Do outro lado, perto da porta, Lourival Costa. As mulheres: de branco Dilma Teixeira Borges e ao lado, Francisca Reis. Estão presentes também: Davi Jansen de Oliveira, Alcides Sabença, Ibrantino Cobian, José Albergaria, José Roque Moreira, Rodolpho Pereira Cardim, Pompeu Hortêncio, Benigno Fernandes, José Costa, Fernando Godgaber, Alexandre de Lima, sem que nos fosse possível reconhecê-los. 25 José Brigagão compôs juntamente com Walkirio de Freitas a comissão que elaborou a Constituição estadual em 1947 (TRIBUNA POPULAR, 26/2/1947, p. 1). Entre as suas intervenções em plenário, destacamos: discurso em favor da reforma agrária e contra as más condições de vida dos trabalhadores do campo (DIÁRIO CARIOCA, 11/3/1947, p. 3); Denúncia à epidemia de tifo sofrida pela população de Nova Iguaçu (DIÁRIO CARIOCA, 25/3/1947, p. 2).

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. As mudanças na imprensa brasileira (1950-1970). In: LUSTOSA, Isabel (Org.) **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- ____ et al. (Coords). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AMORJ. **Partido Comunista Brasileiro**: da insurreição armada à união nacional (1935-1947). Rio de Janeiro: AMORJ/UFRJ, 2009.
- BUONICORE, Augusto. **Claudino José da Silva**: a voz negra e comunista na Constituinte de 46. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/270749-297>. Acesso em: 23 nov. 2015.
- BUONICORE, Augusto. Partido Comunista do Brasil: do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958: os debates e oscilações dos comunistas brasileiros na metade do século XX. **Princípios**: revista

teórica, política e de informação, nº 67, 2002.

CARDIANO, Fernando Pinto. **Eleições no Estado do Rio de Janeiro 1945-1986**.

Niterói: Imprensa Oficial, 1990.

CASTRO, Sílvia Regina Pantoja Serra de.

Amaralismo e pessedismo fluminense:

o PSD de Amaral Peixoto. 1995. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

FRENCH, John. **O ABC dos operários:**

conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950). São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

IORIS, Rafael. "Fifty years in five" and What's in it for us? Development promotion, populism, industrial workers and *carestia* in 1950s Brazil. **Journal of Latin American Studies**, v. 44, n. 2, mai.2012.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: memória e história do PCB**.

Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa.

Algumas reflexões sobre os arquivos policiais a partir de uma trajetória de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: UFRN, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia (Orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. 1964 em Magé: memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão. In: SALES, Jean Rodrigues; FORTES, Alexandre.

A Baixada Fluminense e a Ditadura

Militar: movimentos sociais, repressão

e poder local. Curitiba: Prismas, 2016, p.

17-54.

SEGATTO, José Antônio et al. **PCB: memória**

fotográfica (1922-1982). São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHIMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e

vivências: as biografias na historiografia

do movimento operário brasileiro. **Proj. História**, n. 16, São Paulo, 1998.

SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. O equilibrista

e a política: o "Partido da Classe Operária"

(PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS D. A. (Orgs.).

Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WOLLMANN, Luciana Pucu Wollmann.

Niterói operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2016.

Fontes primárias

APERJ. DOPS. **Prontuário de Claudino José**

da Silva. Pront. RJ. 13.293.

APERJ. DOPS. **Prontuário de Horácio**

Valladares. Pront. RJ. 2.856.

APERJ. DOPS. **Prontuário de Lincoln**

Cordeiro Oest. Pront. 17.059.

APERJ. DOPS. **Prontuário de Paschoal**

Elídio Danielli. Pront. 73.501.

APERJ. DOPS. **Prontuário de Walkirio de**

Freitas. Pront. 73.501.

APERJ. DOPS. **A todos os fluminenses**.

Folhetos.

BRASIL NUNCA MAIS (BNM). **Depoimento**

de Oswaldo José Vicente. DOPS,

30/3/1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI. ALERJ.

Atas da Assembleia Legislativa do Estado

do Rio de Janeiro. Jul.-out. 1947.

CPDOC/FGV. **Arquivo EAP**. Psd-r. 1945.10.

17.

REDAÇÃO. **Correio da Manhã**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **Diário Carioca**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **Diário da Noite**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **Diário de Notícias**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **Diário do Povo**. Biblioteca

Nacional – Periódicos.

REDAÇÃO. **Imprensa Popular**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **Jornal do Brasil**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **O Jornal**. Biblioteca Nacional –

Hemeroteca Digital Brasileira.

REDAÇÃO. **Tribuna Popular**. Biblioteca

Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

Sites

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Disponível em: <https://cemdp.sdh.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARTINS, Manuel. Entrevista concedida em 12/9/2008. Disponível em: <http://lsr-cit.org/psol/eleicoes/412-manoel-martins-uma-historia-de-luta-a-servico-da-recomposicao-da-esquerda-hoje>. Acesso em: 18 fev. 2016.

EDGAR LEITE FERREIRA: UMA FOTOBIOGRAFIA. Disponível em: <http://edgardleiteferreira.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Recebido em: 22/05/2019

Aprovado em: 27/06/2019